

Senado quer sugerir soluções

MANOEL VILELA
Da Editoria Política

Até que ponto é possível esperar sugestões ou mesmo soluções para a crise nacional, a partir do debate no Senado? Esta pergunta circou muito nesse final de semana, quando o Congresso se prepara para o início dos trabalhos plenários da nova Legislatura, a partir de terça-feira. Só a pergunta. Resposta, nenhuma.

Já não se duvida que o debate sobre a precária situação econômica brasileira terá prioridade no Congresso e, particularmente, no Senado. A sua deflagração será imediata, pela própria natureza política da casa, mas é muito difícil assegurar que daí surgirão contribuições válidas, pelo menos dentro do ponto de vista governamental.

Sempre foi muito difícil a compatibilização entre as sugestões calcadas na política para questões técnicas e isso, agora, parece se agravar, diante do quadro de crise e um pouco por conta do que resta de fragilidade institucional.

EXPECTATIVAS

As expectativas foram se formando principalmente porque, com as eleições de 15 de novembro do ano passado, o Parlamento ganhou novos figurantes, muitos deles de expressiva presença na vida nacional. Eles foram eleitos pelo povo, num pleito livre e democrático e, no mínimo, o eleitorado val quer cobrar uma atuação independente de seus representantes, coisa por enquanto muito ilusória.

Sempre que se coloca em consideração o tipo de debate a ser travado no Congresso, o destaque é conferido aos problemas da economia, com a justificativa de que a prioridade não pode ser outra

diante do quadro, que pede uma parcela de contribuição dos congressistas. O debate político, estimulado pelo processo de abertura, atingiu o climax nos dois últimos anos, só restando, depois das eleições diretas realizadas para governadores, em 1982, a reforma ampla ou a votação de uma nova carta constitucional para o País.

Uma nova Constituição é apontada como essencial, até para permitir a revitalização do Legislativo, incluindo mecanismos para a busca de soluções para os problemas econômicos e sociais.

A bandeira pela nova Carta continuará entre os oposicionistas — defensores da tese de uma Constituição — e os governistas, que preferem a reforma da atual pelo novo Congresso. Mas, de imediato, as atenções serão sem dúvida voltadas para o campo econômico, mesmo que ninguém saiba corretamente o que fazer para ajudar a vencer a crise.

CONFRONTO

O debate devera ser tenso, especialmente porque no Senado ainda persiste o bipartidarismo, já que, além do PDS e do PMDB, só há dois representantes de pequenos partidos, um do PTB e outro do PDT. Acresce a circunstância de que o PDS dispõe de uma esmagadora maioria sobre a bancada do PMDB, podendo esse fato conduzir a uma radicalização nas colocações, com todos os riscos daí decorrentes.

Com todas essas conotações, o debate não perderá altitude, podendo reeditar as grandes tardes que o Senado costumava oferecer há anos atrás. Novos e bons nomes chegaram à Casa, muitos com inegável expressão política, como o ex-governador pernambucano Marco Maciel e os

parlistas Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, ao lado de outros nomes de grande potencialidade, como Alvaro Dias, do PMDB do Paraná.

Esses novos nomes vão formar com os mais antigos na Casa, entre os quais José Lins, do PDS, Henrique Santillo e Affonso Camargo, do PMDB, não se falando dos líderes Humberto Lucena e Roberto Saturnino, respectivamente do PMDB e do PDT.

Saturnino deve, já na quarta-feira, proferir duro discurso de análise da dívida externa brasileira, para mostrar que, do seu ponto de vista, o País não conseguirá escapar do caminho da moratória.

Lucena, pelo PMDB, vai insistir na defesa da Constituição, mas não deverá se esquecer do exame dos problemas que afligem mais intensamente os brasileiros, que são os de natureza econômica e social.

VOTAÇÕES

No tocante às votações em plenário, a situação poderá ser bem diferente da observada no ano passado, quando o PDS, por dispor de uma precária maioria, não conseguiu vencer a cerrada obstrução oposicionista à pauta de projetos da Ordem do Dia. Agora, com 10 senadores a mais — em relação aos 36 de que dispunha em 1982 — o PDS só não logrará êxito nas votações se não quiser. Ou, em outras palavras, se permanecer acomodado e ausente de plenário.

Tudo isso, no entanto, vai depender do trabalho pessoal do novo líder da maioria, Aloysio Chaves (PDS-PA), que parece disposto a sustentar em plenário a maioria de sua bancada e, com essa força, enfrentar qualquer tipo de bloqueio dos oposicionistas.

CURULU BRASILEIRO